

Jornal de Brasília

Autonomia do DF

Cidade

10/7/86, QUINTA-FEIRA • 15

vai para Constituinte

A Comissão de Estudos Constitucionais, presidida pelo jurista Affonso Arinos, que se encontra em Itaipava, distrito de Teresópolis (RJ), redigindo o esboço da nova Carta Magna, que o presidente José Sarney pretende levar à discussão em todo o País antes que seja apresentado à Assembleia Nacional Constituinte, incluiu no texto da proposta um artigo garantindo a completa autonomia política para o Distrito Federal.

Composta de 50 membros, escolhidos entre a elite intelectualizada do País, a Comissão nasceu das articulações de Tancredo Neves, para ampliar as bases de sustentação de sua candidatura. Agora, eles têm prazo até sete de setembro para a apresentação do anteprojeto que espelhará as idéias da Constituinte defendidas pelo Governo. O trabalho é moroso, em vista da discussão de cada artigo e, em dez meses o plenário da Comissão só conseguiu aprovar três temas dos dez que serão incluídos no projeto.

O item da autonomia política para o Distrito Federal está sendo saudado pelos políticos da capital e "veio ao encontro dos sentimentos do Governo e da população de Brasília", segundo nota oficial divulgada ontem pelo Palácio do Buriti. Para o governador José Aparecido, a inclusão deste artigo foi recebida em Brasília, como a maior afirmação democrática da Nova República.

O Governador elogiou "a clarividência" do professor Affonso Arinos, "uma das maiores autoridades na Constituição jurídico formal do Distrito Federal", que para ele, "coloca

moldura histórica no voto de Brasília, para a Assembleia Nacional Constituinte".

O candidato Paulo Tim, do PDT ao se pronunciar à respeito da medida, reafirmou sua posição de que a experiência com Distritos Federais tutelados está sendo revista em diversos países, entre eles a Índia, Venezuela e Argentina. Segundo ele, a criação de territórios tutelados era princípio do federalismo. No caso do Brasil, este federalismo pode se garantir por outros instrumentos.

Paulo Tim é cada vez mais favorável a um processo de representação plena para o DF, inclusive com a transformação das cidades-satélites, que o desejarem, em municípios e o DF, se assemelhando a uma Unidade da Federação com uma Constituição própria.

Carlos Alberto Torres, do PCB, disse que a medida veio ao encontro do desejo e da necessidade manifestada por toda a população. "É uma promessa de Tancredo Neves, que disse que no seu Governo, seria garantida e equacionada a forma de estabilizar a participação e representação do povo e das cidades-satélites".

Esperamos, afirmou, que esta autonomia venha a garantir, em cada cidade-satélite, que o povo possa eleger pelo voto direto seu administrador ou prefeito, além é claro, do Governador do Distrito Federal. É necessário, também, que nas satélites surja uma representação parlamentar, eleita pelo voto direto e que tenha poderes legislativos semelhantes aos poderes de uma Câmara Municipal.